



**PAUTA
PARA A 42ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 16 DE ABRIL DE 2012**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 228, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do ensino da Filosofia no currículo escolar do ensino fundamental.

2 - Projeto de lei nº 229, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Francisco Alonso Lucas" ao viaduto localizado no km 566 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Presidente Prudente.

3 - Projeto de lei nº 230, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Vereador João Prestes" à Rodovia SP 249, que liga os Municípios de Apiaí e Ribeirão Branco.

4 - Projeto de lei nº 231, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Institui o "Dia do Círculo de Orações".

5 - Projeto de lei nº 232, de 2012, de autoria do deputado Alencar Santana e outros. Dispõe sobre a obrigatoriedade de que as compras realizadas pelos órgãos da administração pública direta e indireta recaiam sobre produtos industriais que tenham pelo menos 60% dos seus componentes ou peças fabricados no país.

6 - Projeto de lei nº 233, de 2012, de autoria do deputado Fernando Capez. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com entidades particulares, sem fins lucrativos, visando ao preenchimento de vagas de estágio para estudantes no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e

Fundacional.

7 - Projeto de lei nº 234, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Cria o "Certificado Estadual de Inspeção Predial", a ser obtido pelos responsáveis das edificações a cada 5 (cinco) anos.

8 - Projeto de lei nº 235, de 2012, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Institui a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais do Estado de fornecer, sem quaisquer custos adicionais aos seus clientes, embalagens apropriadas, adequadas e compatíveis com os produtos adquiridos, visando o acondicionamento e transporte das mercadorias.

9 - Projeto de lei nº 236, de 2012, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Guilherme Furtado Simon" à alça de acesso dos Bairros Recreio Campestre e Recreio Vista Alegre, localizada no km 44 da Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros - SP 340, em Santo Antonio de Posse.

10 - Projeto de lei nº 237, de 2012, de autoria do deputado Adilson Rossi. Dispõe sobre a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Homem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

11 - Projeto de lei nº 238, de 2012, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural, Artística e Esportiva do Estado de São Paulo - ACAESP", em Diadema.

12 - Projeto de lei nº 239, de 2012, de autoria do deputado Celso Giglio. Institui o Índice Paulista de Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida nos Municípios - IPAM, a ser calculado e publicado pela Administração Estadual.

13 - Projeto de lei nº 240, de 2012, de autoria do deputado Alex Manente. Dá a denominação de "Adelino Primo Chiorato" à passarela de pedestres localizada no km 174+450 metros da Rodovia Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros - SP 342, em Mogi Guaçu.

14 - Projeto de lei nº 241, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Cria a exigência da inspeção previa e periódica em edificações do Estado, destinada à verificação das condições de estabilidade, segurança e manutenção.

15 - Projeto de lei nº 242, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Dispõe sobre a gratuidade, aos maiores de sessenta anos, no uso dos meios de

transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, conforme disposto no § 3º do Art. 39 da Lei Federal nº 10.741, de 2003 (Estatuto do Idoso).

16 - Projeto de lei nº 243, de 2012, de autoria do deputado Gilson de Souza. Dá a denominação de "Professora Eidmar Sancinetti Momesso" à Escola Estadual do Jardim Pires I, em Jaú.

17 - Moção nº 27, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério da Educação que a cidade de Ribeirão Preto seja incluída no "Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Superior, Profissional e Tecnológica".

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 219, de 2012, de autoria da deputada Maria Lúcia Cardoso Amary. Dá a denominação de "ETEC Professor Darcy Pereira de Moraes" à Escola Técnica do Centro Paula Souza em Itapetininga.

2 - Projeto de lei nº 220, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara o Município de Brotas "Capital do Turismo de Aventura".

3 - Projeto de lei nº 221, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Obriga todos os Hospitais e Distritos Policiais do Estado a manterem um intérprete dos idiomas Inglês e Espanhol, durante todo o horário de funcionamento, no setor de atendimento.

4 - Projeto de lei nº 222, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Determina que todos os aeroportos do Estado tenham um desfibrilador cardíaco automático.

5 - Projeto de lei nº 223, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de "Dr. Newton da Costa Brandão" à unidade da Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC em Santo André.

6 - Projeto de lei nº 224, de 2012, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como Estância Turística o Município de Paulo de Faria.

7 - Projeto de lei nº 225, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival Tanabata", em Ribeirão Preto.

8 - Projeto de lei nº 226, de 2012, de autoria do deputado Welton Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação Espaço Criança", em Brodowski.

9 - Projeto de lei nº 227, de 2012, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Dá a denominação de "Engenheiro Milton Takeo Matsushima" ao viaduto localizado no km 63,900 da Rodovia João Cereser - SP 360, em Jundiaí.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 214, de 2012, de autoria do deputado Alencar Santana. Dispõe sobre o estabelecimento de cotas para grupo étnico racial negro nos concursos públicos da Administração Pública do Estado.

2 - Projeto de lei nº 215, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a entidade Associação Lar Renascer, em Artur Nogueira

3 - Projeto de lei nº 216, de 2012, de autoria da deputada Maria Lúcia Cardoso Amary. Declara de utilidade pública a "Associação Zoófila de Campos do Jordão", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 217, de 2012, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre a obrigatoriedade da Secretaria Estadual da Saúde de oferecer gratuitamente a vacina contra o HPV-Papiloma Vírus Humano para as mulheres que necessitem da imunização no programa público e gratuito de vacinação e imunização.

5 - Projeto de lei nº 218, de 2012, de autoria da deputada Telma de Souza. Dispõe sobre a obrigatoriedade de vistorias periciais e manutenções periódicas em edifícios residenciais, comerciais e industriais do Estado.

6 - Moção nº 26, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Membros do Congresso Nacional para que adotem urgentes providências no sentido da formulação e aprovação de legislação, a exemplo da Lei Complementar nº 135, de 2010, conhecida como "Lei da Ficha Limpa", estabelecendo a penalidade de proibição de votar àquelas pessoas que forem condenadas pela infringência das mesmas condutas dos casos de inelegibilidades, objetivando instituir igualdade de tratamento no cumprimento da lei.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 12, de 2012, de autoria do deputado Jorge Caruso. Acrescenta § 4º ao artigo 10 da Lei Complementar nº 1.121, de 2010,

que dispõe sobre a Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

2 - Projeto de lei nº 205, de 2012, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a implantação de pontos de entrega voluntária de medicamentos vencidos ou não e institui a política de informação sobre os riscos ambientais causados pelo descarte incorreto desses produtos no Estado.

3 - Projeto de lei nº 206, de 2012, de autoria do deputado Jooji Hato. Institui o "Disque-Denúncias de Maus-Tratos aos Animais".

4 - Projeto de lei nº 207, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública o "Lar de Menores Dr. Arthur Ramos e Silva Junior", em Santo Anastácio.

5 - Projeto de lei nº 208, de 2012, de autoria do deputado Gilson de Souza. Estabelece percentuais mínimos a serem respeitados pelas empresas prestadoras dos serviços de internet de "banda larga".

6 - Projeto de lei nº 209, de 2012, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Institui a Política Estadual de Incentivo à Cultura do Bambu, como parte da política estadual de desenvolvimento agrícola.

7 - Projeto de lei nº 210, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo e a possibilidade de doação de órgãos na carteira de habilitação.

8 - Projeto de lei nº 211, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Ficam vedadas a produção, a comercialização e a oferta gratuita de canudos flexíveis plásticos que sejam destinados à ingestão de líquidos e não estejam individualmente embalados em material hermético oxibiodegradável.

9 - Projeto de lei nº 212, de 2012, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Adelmo Francisco da Silva" à escola estadual localizada no Residencial São Domingos/Jardim Paineiras, em Franca.

10 - Projeto de lei nº 213, de 2012, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dá a denominação de "Prefeito José Massa" à Escola Técnica Estadual - ETE, unidade de ensino tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, em Poá.

1 - Projeto de lei nº 203, de 2012, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre a proibição da venda, entrada, propaganda, consumo e degustação de bebidas alcoólicas nos Estádios de Futebol e eventos esportivos no Estado.

2 - Projeto de lei nº 204, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Altera a Lei nº 12.685, de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 312, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "Nicolau Spinelli" ao viaduto localizado no cruzamento da Avenida Castelo Branco com a Avenida Leão XIII, km 2+260m, ao lado do Viaduto Ricardo Cristiano Ribeiro, no km 2+396m, em Ribeirão Preto.

2 - Projeto de lei nº 197, de 2011, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de "Maria Pereira Lima" à passarela situada no km 12 da Rodovia Anchieta, SP 150, na Capital.

3 - Projeto de lei nº 366, de 2011, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Ivan Simões" ao viaduto localizado no km 126 da Rodovia D. Pedro I - SP 065, em Campinas.

4 - Projeto de lei nº 437, de 2011, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública a "União Espírita Caminho da Luz", em Ourinhos.

5 - Projeto de lei nº 478, de 2011, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Menorah", em Jundiá.

6 - Projeto de lei nº 610, de 2011, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Dá a denominação de "Emy Anny Gehring Cardoso" à Rodovia SP 129 no trecho do km 58+100 ao km 75+920, divisa dos municípios de Tatuí e Itapetininga.

7 - Projeto de lei nº 777, de 2011, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Assistência Vicentina de Vila Mascote - Lar Padre Vicente Melillo", na Capital.

8 - Projeto de lei nº 799, de 2011, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Cabo PM Odmar Sartório" à passarela localizada no km 402 da Rodovia Cândido Portinari - SP 334, em Franca.

9 - Projeto de lei nº 946, de 2011, de autoria da deputada Maria Lúcia Cardoso Amary. Dá a denominação de "Mário Moro" ao trevo localizado no km 16 da SP 129, em Boituva.

10 - Projeto de lei nº 987, de 2011, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de "Padre Valentim Felipe Stefanoni" à via de acesso ao Município de Pereira Barreto pela SPA-621/310.

11 - Projeto de lei nº 1132, de 2011, de autoria do deputado Edmir Chedid. Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 14.533, de 2011.

12 - Projeto de decreto legislativo nº 3, de 2004, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado que julgou irregulares o Processo Seletivo da Concorrência Pública e o Contrato celebrado pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo - DER e a empresa Consdon Engenharia e Comércio Limitada, bem como o Termo de Aditivo e Modificativo, constante do Processo TC - 018363/026/00.

13 - Projeto de decreto legislativo nº 45, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004657/026/97, que verificou irregularidades em contrato firmados entre a FURP e a De Nadai Restaurante Industrial Ltda.

14 - Projeto de decreto legislativo nº 534, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 012479/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste.

15 - Projeto de decreto legislativo nº 62, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 013513/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Spenco Engenharia e Construções Ltda.

16 - Projeto de decreto legislativo nº 63, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004014/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Condor Engenharia e Comércio Ltda.

17 - Projeto de decreto legislativo nº 65, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004020/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Paez de Lima construções, Comércio e Empreendimentos Ltda.

18 - Projeto de decreto legislativo nº 66, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004428/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Simétrica Engenharia Ltda.

19 - Projeto de decreto legislativo nº 73, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 016610/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Construtora Noroeste Ltda.

20 - Projeto de decreto legislativo nº 78, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC -007362/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Múltipla Engenharia Ltda.

21 - Moção nº 3, de 2012, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e para os líderes partidários a fim de que não meçam esforços para que a flexibilização do horário do Programa "A Voz do Brasil" seja priorizada e aprovada, frente à importância e repercussão que o assunto representa para toda a nação brasileira.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 537, de 2010, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Antenor Previatelli de Souza" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Mauá.

2 - Projeto de lei nº 615, de 2010, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Dá a denominação de "Dr. Fued Simão" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Taquaritinga.

3 - Projeto de lei nº 952, de 2011, de autoria do deputado Samuel Moreira. Dá a denominação de "Doutor Leopoldo Bevilacqua" ao Hospital Regional do Vale do Ribeira, em Pariquera-Açu.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 440, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 012477/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Via Engenharia S/A.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 565, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 034084/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e CCC Construtora e Comércio.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 1019, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 024889/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e a Construtora CSO Ltda.

7 - Moção nº 18, de 2011, de autoria do deputado Fernando Capez. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e aos Líderes partidários para engendrarem esforços no sentido de ser aprovado, com a máxima brevidade possível, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 270, de 2007, que torna obrigatório o fornecimento gratuito, por motéis, de preservativos e de folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis.